Caução no processo penal: o que saber com um advogado criminal em Braga Quando se fala em caução, muita gente imagina o pagamento de uma quantia para sair da prisão, como nos filmes americanos. Em Portugal, a caução é uma medida de coação prevista na lei, aplicada por um juiz, e tem uma lógica diferente: serve para assegurar que o arguido cumpre as suas obrigações processuais, como comparecer às diligências, e não é um preço pela liberdade. Um advogado criminal ajuda a perceber como funciona na prática. O valor da caução é fixado pelo juiz, tendo em conta a gravidade do crime, os danos causados e a situação económica do arguido. Não há tabelas automáticas. A caução pode ser aplicada sozinha ou em conjunto com outras medidas, como a apresentação periódica num posto policial. Se o arguido não cumprir as suas obrigações, pode perder o valor prestado e ver as medidas agravadas. No primeiro interrogatório judicial, a caução pode surgir como alternativa a medidas mais gravosas, nomeadamente à prisão preventiva ou à OPHVE. Um advogado criminal em Braga pode propô-la quando faz sentido e apresentar ao tribunal informação sobre a capacidade financeira real do arguido, para que o valor seja adequado e possível de cumprir. Um valor desproporcionado pode tornar a medida ineficaz e empurrar o arguido para uma solução mais pesada.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Há também questões práticas: como prestar a caução, em que prazo, que documentos são necessários, o que acontece ao valor no fim do processo. A família costuma ter um papel importante nesta fase, e convém que esteja informada para agir com rapidez. Se a situação económica do arguido mudar durante o processo, pode justificar-se pedir a alteração da caução. Tudo isto exige acompanhamento próximo e informação clara, sem jargão. Há quem confunda a caução com outras quantias que podem surgir no processo, como as custas, as multas ou a indemnização à vítima. São realidades diferentes, com finalidades diferentes. A caução está ligada ao cumprimento das obrigações processuais, enquanto a indemnização compensa danos e a multa é uma pena. Perceber esta distinção ajuda o arguido e a família a planear as finanças com realismo ao longo de um processo que pode durar bastante tempo. Na QUOR Advogados, a caução é analisada como uma das alternativas na área de prisão preventiva, ao lado da OPHVE e do recurso. A equipa de Braga atende na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, e responde a pedidos em 24 horas úteis. A advogado criminal SP consulta inicial custa 70€, presencial ou online. Telefone: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.